

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



## O Plano Diretor como Instrumento Constitucional de Proteção ao Meio Ambiente

### Autor(es)

Volnei Rosalen

Vitor Dos Santos Machado

João Victor Scheidt Stein

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

### Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagrou um modelo de desenvolvimento urbano que não pode ser dissociado da proteção ambiental. O artigo 182 determina que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, deve garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos habitantes. Buzelato Prestes (2004) destaca que o Plano Diretor, obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes, é instrumento essencial de planejamento e ordenamento urbano. Ele não se limita à infraestrutura ou à organização territorial, devendo adotar critérios de sustentabilidade, preservar os recursos naturais e mitigar os impactos ambientais do crescimento urbano. Essa função se reforça no artigo 225, que assegura a todos o direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo para as presentes e futuras gerações.

### Objetivo

Analizar com base nos artigos e disposições da Constituição, as obrigações e funções da administração pública, mais precisamente do plano diretor em relação com a proteção e preservação do meio ambiente.

### Material e Métodos

Na pesquisa foi utilizada o método dedutivo com técnica de revisão bibliográfica, se fundamentou usando os artigos 182 e 225 da Constituição Federal e seus respectivos dispositivos. A fim de firmar a responsabilidade da administração pública nos direitos e deveres para com o meio ambiente. Validando-se também no artigo "Instrumentos legais e normativos de competência municipal em matéria ambiental", por Vanesca Buzelato Prestes 24/04/2004

### Resultados e Discussão

Buzelato Prestes (2004), Á partir desta afirmação o Plano Diretor pode assumir diversas funções práticas de proteção ambiental, como definição de zonas de preservação ambiental e restrição à ocupação de áreas sensíveis, regulamentação do uso do solo urbano, integração entre políticas de mobilidade, habitação e saneamento, instituição de mecanismos de controle para empreendimentos, condicionando sua aprovação a estudos de impacto ambiental e audiências públicas, incentivo a práticas sustentáveis, eficiência energética, coleta

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



seletiva e preservação de áreas verdes urbanas.

## Conclusão

Podendo-se afirmar que o Plano Diretor possui dupla função: ordenar o espaço urbano e servir como meio efetivo de proteção ambiental. Quando elaborado e aplicado em conformidade com as disposições constitucionais, torna-se um poderoso instrumento de defesa do meio ambiente, contribuindo para que os municípios cumpram sua função social e garantam a sustentabilidade urbana para as atuais e futuras gerações.

## Referências

PRESTES, Vanesca Buzelato. Instrumentos legais e normativos de competência municipal em matéria ambiental. 2004. Disponível em: <http://www.anamma.com.br/artigostematicos>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).